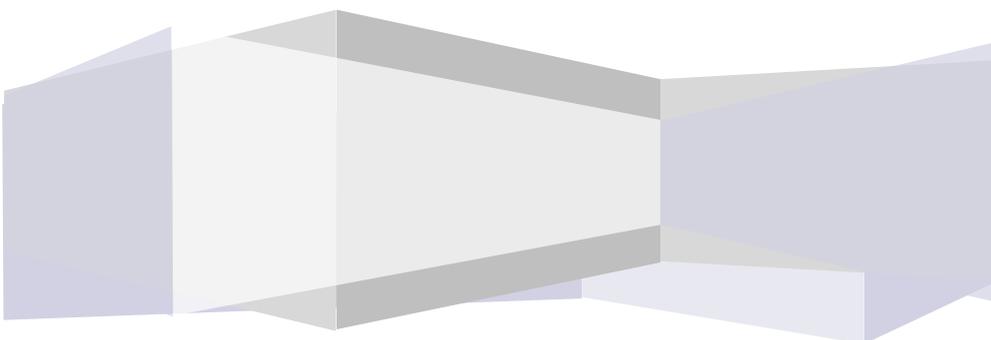




Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

PAC
Plano anual de Capacitação 2021
Versão 1.0



Unidades de Formação

EJE – Escola Judiciária Eleitoral

SEPLAT – Seção de Planejamento e Treinamento da VPCRE

SEDCOR – Seção de Educação Corporativa da SGP

Rio de Janeiro, RJ, novembro de 2020

Novembro de 2020

Histórico de registros

Versão¹	Data	Descrição	Responsável
1.0	28.11.2020	Aprovação do Plano Anual de Capacitação 2021	Presidência do TRE RJ

Sumário

¹Os índices de versão são números sequenciais, com uma casa decimal. As versões que não impliquem em mudança significativa de conteúdo, por exemplo, correções ortográficas e formatação, terão a numeração acrescentada em uma unidade na casa decimal.

Unidades de Formação.....	1
Histórico de registros.....	2
Sumário.....	2
Apresentação.....	4
Normativos orientadores.....	5
Introdução.....	7
Objetivos.....	7
Público-alvo.....	7
Resultados esperados.....	8
Processo de elaboração.....	8
Orçamento.....	9
Priorização e execução.....	9
Certificação dos participantes.....	10
Avaliação das ações de capacitação.....	10
Acompanhamento.....	10
ANEXO I – Capacitações previstas.....	12

Plano Anual de Capacitação 2021

Apresentação

O Plano Anual de Capacitação (PAC) está previsto na Resolução TSE nº 22.572/2007, que instituiu o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral.

O PAC tem por finalidade nortear as ações de educação, com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Trata-se de um processo contínuo de gestão da capacitação que compreende as definições dos temas e metodologias a serem implementadas, voltadas ao desenvolvimento dos servidores.

Desde 2016, a elaboração e execução do PAC vem trazendo melhorias, resultado de sua contínua revisão e atualização, sendo, inclusive, um dos processos acompanhados pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico do TRE RJ.

Por conta da pandemia neste ano, a Justiça Eleitoral teve que rapidamente buscar soluções para se adaptar não só para dar prosseguimento às suas atividades como para poder realizar as eleições. Adaptações de toda ordem: jurídicas, tecnológicas, processuais de trabalho, comportamentais.

Em 2020, com o isolamento social ocorrido como medida de combate à COVID-19, novas prioridades surgiram, outras prioridades foram alteradas, a oferta de cursos presenciais foi suspensa e diversos outros cursos não puderam ser realizados. Em contrapartida, aqueles que não puderam ser cancelados ou adiados, convergiram para sua realização pela internet, onde puderam ser acessados pelos computadores ou dispositivos móveis.

As mudanças emergenciais enfrentadas em 2020 nos trouxeram um “novo normal” no processo de ensino/aprendizagem. As videoconferências, materiais em pdf e os grupos por whatsapp passaram a ser os principais veículos para transmissão de conteúdo e interação dos participantes.

O ensino a distância subiu de patamar e houve a necessária e rápida adaptação compulsória dos servidores nessa metodologia. Passamos a falar de eventos síncronos e assíncronos. Cai a cinestesia, sobem os audiovisuais.

Se por um lado, a limitação geográfica e temporal para realização de encontros foram suplantadas, por outro, concorreram em um único canal com as atividades laborais remotas e tudo mais que o uso da internet possibilita.

Mas isto não aconteceu somente no cenário interno. O mercado também sentiu e teve que se ajustar para sobreviver. Desde professores tendo que desenvolver suas habilidades para uso das tecnologias educacionais até a revisão e divulgação de seus portfólios.

Assim, a presente proposta para o PAC 2021, enquanto instrumento que reúne estratégias educacionais para atingimento de resultados a partir das necessidades de desenvolvimento individuais, foi construído levando em consideração as condições para sua elaboração diante deste cenário de 2020, bem como, sobre o painel de futuras incertezas que a realidade aponta.

Normativos orientadores

- Res. TSE 22.572/07 - Dispõe sobre o Programa Permanente da Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça eleitoral e dá outras providências;
- Res. TSE nº 22.595/07 - Dispõe sobre a Gratificação de Atividade de Segurança Instituída pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito da Justiça Eleitoral;
- Resolução nº 22.692/08 - Estabelece diretrizes para a implementação da metodologia da educação a distância - EAD no âmbito da Justiça Eleitoral;
- Resolução TSE nº 23.380/2012 - Dispões sobre o Adicional de Qualificação no âmbito da Justiça Eleitoral ;
- Res. TSE 23.545/2017 - Dispõe sobre a gratificação por encargo de curso ou concurso no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências e processo SEI;
- Res. CNJ 192/14 - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;
- Res. CNJ nº 201/15 - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ);
- Res. CNJ nº 211/15 - Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Res. CNJ nº 255/18 - Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário;
- Res. CNJ nº 270/18 - Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros , servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros;
- Res. CNJ nº 309/2020 - Aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências (PAC-Aud);
- Res. CNJ nº 325/2020 - Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.
- Res. CNJ 343/2020 - Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências;
- Res. CNJ nº 347/2020 - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário e processo SEI 2020.0.50095-8;
- Res. CNJ nº 351/2020 - Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação;
- Meta específica Nº 1 do CNJ – Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral;
- Meta específica nº 2 do CNJ – Fomentar a participação feminina no processo eleitoral;

-
- Res. TRE-RJ nº 938/15 - Dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para o período 2016-2021 e dá outras providências;
 - Res. TRE RJ 975/16: Dispõe sobre o planejamento das ações de capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro;
 - Res. TRE RJ 1.113/19 e processo SEI 2020.0.53328-7 - Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do TRE RJ;
 - RESOLUÇÃO TRE-RJ Nº 1.146/2020 - Institui o Plano de Segurança Institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro;
 - Resolução TRE-Rj nº 1.155/2020 - Institui condições especiais de trabalho para servidores com deficiência ou doença grave, ou que sejam responsáveis por dependentes nessas condições, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro;
 - Ato GP 506/07 - Dispõe sobre a concessão das férias no âmbito do TRE/RJ - (Art. 8º - Não poderá participar de eventos presenciais de capacitação o servidor que estiver em férias. Parágrafo Único - O servidor poderá gozar férias em parte do período em que participar de eventos de capacitação a distância, ficando o seu aproveitamento, porém, condicionado ao cumprimento da carga horária do curso;
 - Ato GP 09/17: Dispõe sobre a elaboração, execução e avaliação dos Planos Anuais de Capacitação do TRE RJ;
 - Ato GP 190/2020 - Institui o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – PLS-TRE-RJ para o período de 2016 a 2021 – Versão 2;
 - Ato GP 221/2020 - Dispõe sobre os critérios para a participação dos titulares de funções comissionadas de natureza gerencial em curso de desenvolvimento gerencial no âmbito do TRE RJ;
 - Ato GP 222/2020 - Disponibiliza a Matriz de Competências Gerenciais para fins de desenvolvimento gerencial dos titulares das funções comissionadas de natureza gerencial no âmbito do TRE RJ;
 - Ato GP 225/2020 – Institui o Plano de Formação e Especialização de Agentes de Segurança no âmbito do TRE/RJ;
 - Diretrizes para implantação da Lei Geral de Proteção de Dados: Processo SEI 2019.0.000052095-0, despacho 0965142, item 2. Conscientização, capacitação, treinamento e comunicação;
 - Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral: Processo SEI 2019.0.000013347-7;
 - Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - Prot. 65.699/2017;
 - Relatório de atividades da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRE/RJ - Prot. SEI 2019.0.000059050-9;
 - Capacitação realizada por servidores da SEDCOR, EJE, SEPLAT, CDESC e CPLAN, no curso “Como estruturar o planejamento anual de T&D e definir indicadores de resultados”, em agosto de 2020, protocolo SEI 2020.0.000023642-8;
 - SEI - Processos SEI 2020.0.000022283-4 e 2020.0.000021961-2;

Introdução

Diante da quantidade de demandas não realizadas, canceladas ou adiadas neste ano e das momentâneas condições desfavoráveis para as reflexões que deveriam subsidiar as decisões de capacitações futuras, optou-se pela oferta inicial destes cursos para 2021 além dos cursos obrigatórios e os de formação contínua. São ações de capacitação que passaram pelo regular processo de identificação, consolidação e aprovação dos gestores em 2020 e que não foram realizados por motivos alheios à vontade da administração.

Porém, o presente documento está aberto a ajustes que tenham por finalidade melhorá-lo e alinhá-lo à realidade deste Regional. Por esse motivo, estão previstas possibilidades de revisões promovidas pelas unidades de formação, com a finalidade de identificar demandas que guardem maior proximidade com a real necessidade de capacitação dos servidores, devendo, antes de incluídas, serem avaliadas, devidamente motivadas e justificadas.

A previsão destas revisões do PAC dentro do seu próprio período de execução segue àquela que já consta para o atendimento às demandas urgentes e não previstas. Garante a observação do caráter integrador e cooperativo exigido para a elaboração do PAC bem como a necessidade de planos de curto prazo visando ações mais adaptadas à realidade e condições de execução.

As demandas surgidas ao longo do ano serão analisadas e supridas, conforme as necessidades estratégicas da instituição e a disponibilidade orçamentária.

Por último, ressalta-se que cabe ao Comitê Gestor da Estratégia opinar pela aprovação ou ajustes do documento elaborado pela área de educação corporativa, antes que seja submetido à aprovação da Presidência

Objetivos

O objetivo do PAC é reunir as principais ações de capacitação que a organização deseja que sejam ofertadas aos servidores em 2021, de forma que possam desenvolver competências para o trabalho, possibilitando assim a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e profissionais que agreguem valor à instituição e valor social ao indivíduo.

Também tem como objetivos específicos:

- a) servir como orientador na execução das ações de capacitação ao longo do ano;
- b) permitir uma execução orçamentária racional, visando à otimização dos recursos;
- c) distribuir os recursos e esforços entre os motivadores das demandas, equilibrando a realização das capacitações e,
- d) atender, minimamente, as necessidades de todas as áreas do Tribunal.

Público-alvo

Este plano visa capacitar os servidores do quadro funcional do TRE RJ, requisitados, removidos, e em ano eleitoral, os mesários e demais funções que atuem nas eleições, além de, e os magistrados e público externo, por meio das ações de educação promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral, magistrados e público externo.

Resultados esperados

Espera-se que a execução satisfatória das ações de capacitação do PAC contribua para o alcance dos objetivos estratégicos e melhorias de resultados.

Deve também oferecer auxílio às unidades e às comissões para que estejam mais aptas para apresentar as entregas pelas quais são responsáveis em razão dos seus processos de trabalho a partir do desenvolvimento, qualificação e capacitação da força de trabalho nos níveis técnico e gerencial.

Processo de elaboração

Com o isolamento social ocorrido em 2020 como medida de combate à COVID-19, muitas ações de capacitação tiveram que ser suspensas ou adiadas. Por outro lado, ainda por conta da adaptação à nova realidade do trabalho, novas demandas surgiram e apesar de algumas serem momentâneas ou temporárias, acreditamos que outras permanecerão como necessidades ao longo do próximo ano.

Diante deste cenário, repetiremos para 2021 as ações de capacitações aprovadas para 2020 e que não foram executadas, acrescidas daquelas obrigatórias previstas em normativos ou no plano estratégico do Tribunal e as de formação contínua.

Também estamos prevendo curtas e periódicas revisões do PAC em 2021, a fim de promover o ajuste das demandas, identificando ações de capacitação que reflitam as necessidades das unidades em um espaço de tempo menor, reduzindo a desistência ou cancelamento da realização que ocorrem por diversos motivos, muitos alheios à vontade dos demandantes.

Organização das capacitações pelos eixos

Inspirado no Art. 9, da Resolução TSE 22.572/07, as ações de capacitação identificadas foram reunidas em seis perspectivas ou eixos, cujo objetivo é a contemplação das diferentes perspectivas de competências, de igual importância para os resultados da organização.

Os eixos, então, são o conjunto das demandas identificadas de capacitação, organizadas de acordo com o impacto esperado, sendo também construídos como estratégia para destacar ações que necessitem de uma atenção diferenciada.

Estratégia	Eventos voltados à apropriação de tecnologias e disseminação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento da estratégia organizacional, incluindo o Plano de Logística Sustentável.
Gerencial	Eventos voltados para a formação e desenvolvimento de lideranças com a finalidade de assegurar uma linguagem gerencial única, focada na gestão estratégica do capital humano, intelectual, tecnológico, patrimonial e financeiro da Justiça Eleitoral.
Governança das Contratações	Eventos voltados para as necessidades de capacitação das funções chave da gestão de contratação bem como dos agentes que atuam nas demais fases do processo

	de contratação.
Técnico e Comportamental	Eventos voltados para a aquisição, atualização e aperfeiçoamento de competências técnico-profissionais e habilidades comportamentais, fundamentais para o exercício das atividades no Tribunal, em áreas específicas do conhecimento, com o propósito de assegurar melhores níveis de desempenho funcional. Também são incluídos neste eixo, os eventos voltados para o desenvolvimento de um conjunto de atitudes e comportamentos comuns a todos os servidores que favoreçam seu desempenho e contribuam para o alinhamento à cultura e estratégia organizacionais.
Tecnologia da Informação	Eventos voltados ao desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança e do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação.
Eleitorais	Eventos que envolvam conhecimentos e habilidades relacionadas ao Direito Eleitoral e sua aplicação.
Auditoria	Eventos voltados ao desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor.
Segurança Institucional	Eventos voltados à formação e especialização de Agentes de Segurança no âmbito do TRE/RJ

Orçamento

Para a execução do PAC 2021, o orçamento estimado está distribuído em R\$ 943.520,00 para a CDESC e 81.062,52 para a EJE. Para estimar os custos das demandas do presente plano, utilizamos, dentre outras fontes, a memória média de contratações precificada em 2020.

VALORES REFERÊNCIA (ESTIMADOS)		
In company presencial (até 25 participantes)	8 h	R\$ 15.000,00
	16 h	R\$ 25.000,00
	24 h	R\$ 36.000,00
In company semi-presencial (até 80 participantes)	40h	R\$ 45.000,00
In company a distância síncrono	16 h	15.000,00
In company a distância assíncrono	24 h	31.500,00
Presencial externo	8 h	R\$ 1.300,00
	16 h	R\$ 2.590,00
	24 h	R\$ 3.000,00
	32 h	R\$ 3.700,00
	40 h	R\$ 3.980,00
A distância síncrono externo	15 h	R\$ 1.200,00
Instrutoria interna	h/a	R\$ 548,75

Cartórios na sede (diária para 1 servidor):	un	R\$ 420,00
Congresso / Seminário	un	R\$ 3.950,00
Fórum	un	R\$ 2.000,00

Priorização e execução

A execução das ações aprovadas caberá à Unidade de Formação, de acordo com as competências regulamentares nos temas.

A partir das ações de treinamentos constantes no Anexo I, a unidade de formação responsável, entrará em contato com as unidades que mantenham interesse direto com o tema, a fim de detalhar a necessidade e o que se pretende atingir para que se estabeleça a solução de aprendizagem a ser ofertada, bem como receberem as instruções necessárias para protocolizar o pedido de curso.

Considerando a necessária adequação do custo das ações ao orçamento, ressalvadas aquelas que não envolvam despesas para o Tribunal, no processo revisional as ações serão apreciadas pelos titulares das áreas demandantes quanto a sua priorização e definição de cronograma pelos quadrimestres de 2021.

Serão priorizadas as ações obrigatórias, as dos eixos Estratégico, Gerencial, TIC, Governança das Contratações e de Auditoria, considerando que estão previstas em normas. As demais ações serão realizadas após consulta às unidades interessadas, sempre respeitando o limite orçamentário.

As unidades demandantes deverão enviar a Ficha de Solicitação de Cursos das ações revisadas para a Unidade de Formação responsável, a fim de que seja iniciado o devido processo de desenvolvimento. Cumpre destacar que, para o atendimento da demanda, poderão ser utilizadas estratégias como: a) metodologia presencial ou a distância (juntas ou combinadas, com eventos síncronos e assíncronos); b) instrutores internos e/ou instrutores contratados; c) conteudistas internos e/ou conteudistas contratados; d) tutores internos e/ou tutores contratados; e) convênios e/ou contratos com instituições de ensino, universidades, escolas ou centros de treinamento, públicos ou privado.

Cada ação educacional tramitará em processo SEI específico, cuja referência deverá constar no processo SEI do PAC 2021.

Certificação dos participantes

a) A aprovação nas hipóteses de cursos voltados à reciclagem, de conhecimentos e habilidades específicas, para o exercício da atividade de Segurança, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), fica condicionada ao alcance de 70% de aproveitamento, somada à frequência mínima de 75%.

b) Os treinamentos voltados para a aquisição, atualização e aperfeiçoamento de competências técnico-profissionais visando à melhoria do desempenho funcional, terão, como critério mínimo, a aprovação condicionada à frequência mínima de 75% da carga horária total do evento.

Avaliação das ações de capacitação

Orientado pelo Art. 13 da Res. CNJ 192/2014, as ações de educação serão avaliadas, independente da modalidade e sempre que possível e observada a especificidade da ação formativa, em quatro dimensões, a saber: reação, aprendizagem, aplicação e resultados.

Acompanhamento

Para acompanhar a execução do PAC 2021, as unidades de educação se reunirão trimestralmente, para apresentar e consolidar as informações abaixo, cujos dados subsidiarão o acompanhamento quadrimestral feito pela CPLAN: a) o percentual do orçamento efetivamente utilizado e o disponível; b) o percentual de ações efetivamente realizadas; c) as alterações efetuadas no PAC e d) a quantidade de servidores treinados e respectiva média de hora de treinamento por gestor e não gestor.

ANEXO I – Capacitações previstas

CLASSIFICAÇÃO		Nome do treinamento	Unidade Responsável
EIXO ESTRATÉGICO	1	MBCE - Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral (Desenvolvimento Interno)	SEDCOR
	2	RH Estratégico	SEDCOR
	3	Planejamento de Comunicação Interna	SEDCOR
	4	Plano de Logística Sustentável - Conhecendo o Guia de Compras Sustentáveis do TRE/RJ (Desenvolvido internamente)	CPLAN/SEDCOR
	5	Workshop para elaboração da estratégia do TRE 2021-2026	SEDCOR
	6	Teletrabalho (Segurança da Informação / Gestão e Integração de Equipes Remotas / Administração do Tempo/ Liderança, Comunicação Eficaz e Feedback em tempo de Home Office)	SEDCOR / EJE / SEPLAT
EIXO GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES	7	Contratação de serviços de engenharia utilizando pregão e sistema de registro de preços segundo as regras do novo decreto 10.024/2019	SEDCOR
	8	Elaboração de Planilha de Formação de Preços	SEDCOR
	9	Fiscalização de Contratos	SEDCOR
	10	Formação e Reciclagem de Pregoeiro	SEDCOR
	11	Gestão e Fiscalização de Contrato LINDB	SEDCOR
	12	Gestão de Contratos e Gerenciamento de Riscos	SEDCOR
	13	Licitação (nova lei de licitações)	SEDCOR
	14	Pregão Eletrônico (Decreto nº10.024/2019)	SEDCOR
EIXO TÉCNICO e COMPORTAMENTAL	15	Ambientação de novos servidores (Desenvolvido Internamente)	SEDCOR
	16	Atendimento ao Cidadão	SEDCOR
	17	Avaliação Patrimonial, Reavaliação e Depreciação de Bens Tangíveis e Reconhecimento de Bens Intangíveis.	SEDCOR
	18	Capacitação em Libras (*)	SEDCOR
	19	Código de Ética para servidores (*)	SEDCOR
	20	Curso de Nivelamento de Servidores do Poder Judiciário (CNJ)	SEDCOR
	21	Design Gráfico/Produção de Conteúdo	SEDCOR
	22	Edição de Vídeo	SEDCOR
	23	Gerenciamento de Projetos	SEDCOR
	24	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais com Segurança da Informação - Equipe implementação	SEDCOR
	25	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais com Segurança da Informação - Comitê Gestor	SEDCOR
	26	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais com Segurança da Informação - Todos os servidores	SEDCOR
	27	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais com Segurança da Informação - Encarregado	SEDCOR
	28	Novo Regime Fiscal e os Reflexos das ECs 95 / 100 e 102	SEDCOR
	29	Prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho e respeito à diversidade	SEDCOR
	30	Assédio Organizacional e depressão no trabalho	SEDCOR
	31	Processo Administrativo Disciplinar para servidores da Comissão Permanente de Direito Disciplinar (*)	SEDCOR
	32	Pessoas com deficiência e Seus Direitos (Resolução TRE/RJ nº 1155 / CNJ)	SEDCOR

		343-2020 - Prot. SEI nº 2020.0.000044161-7)	
	33	SEI - Básico (Desenvolvimento Interno)	SEDCOR
	34	SEI - Avançado (Desenvolvimento Interno)	SEDCOR
	35	Sensibilização de Servidores na Temática das Pessoas com Deficiência(*) (Desenvolvimento Interno - Protocolo 65.669/2017)	SEDCOR
	36	Sensibilização na Temática em Identidade de Gêneros (*)	SEDCOR / EJE
	37	Sensibilização na Temática em Igualdade de Gêneros (*)	SEDCOR / EJE
EIXO TIC	38	Armazenamento e Gerenciamento de Informações (Dell EMC Unity Implementation and Administration)	SEDCOR
	39	Desenvolvimento de Competências Técnicas	SEDCOR
	40	Fundamentos de Governança de TI (Res. CNJ 211/2015)	SEDCOR
	41	Planejamento de Contratações de TI	SEDCOR
	42	Participação no evento Scrum Gathering Rio 2021	SEDCOR
	43	Uso Avançado da Ferramenta PowerShell (Advanced Automated Administration with PowerShell)	SEDCOR
	44	Uso de Ferramenta de Conexão (San Management)	SEDCOR
EIXO ELEITORAIS	45	Ações Socioeducativas - Público Externo	EJE
	46	Cidadania Democrática - Minorias e Ações Afirmativas (*)	EJE
	47	Democracia Digital e a Modernização do Sistema de Votação (*)	EJE
	48	"Direito Penal e Processual Penal Eleitoral", módulo V do curso "Principais inovações legais e jurisprudenciais para as Eleições de 2020", elaborado pela Emerj	EJE
	49	Direito Eleitoral para Cartórios	EJE
	50	Execução Fiscal de Multa Eleitoral	EJE / SEPLAT
	51	Participação Feminina no Processo Eleitoral - Público Externo (*)	EJE/SEPLAT
	52	Reforma Política - Sistema Distrital Misto	EJE
EIXO GERENCIAL	53	Desenvolvimento Gerencial para Gestores da SEDE	SEDCOR
	54	Desenvolvimento Gerencial para Chefes de Cartórios	SEDCOR
	55	Feedback e Elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual	SEDCOR
	56	Gestão de Processos	SEDCOR
EIXO AUDITORIA	57	Descomplicando a Contabilidade Pública	SEDCOR
	58	SIAFI Operacional e PCASP – Execução Orçamentária e Financeira	SEDCOR
	59	Contabilidade aplicada ao setor público e procedimentos contábeis patrimoniais	SEDCOR
	60	Auditoria de Tecnologia da Informação	SEDCOR
	61	Amostragem estatística aplicada a auditoria interna e externa	SEDCOR
	62	Gestão Imobiliária com ênfase no SPIUNET	SEDCOR
	63	Previdência dos Servidores Públicos	SEDCOR
	64	Gestão Patrimonial na Administração Pública	SEDCOR
	65	Análise de Dados para fins de Auditoria	SEDCOR
	66	Auditoria baseada em Riscos	SEDCOR
EIXO SEGURANÇA INSTITUCIONAL	67	Formação de Instrutores em Técnicas de Segurança Institucional	SEDCOR
	68	Segurança de Dignitários e de Instalações	SEDCOR
	69	Escolta de Autoridades e Urnas Eletrônicas	SEDCOR

	70	1º Curso de Inteligência Judiciária Eleitoral	SEDCOR
	71	2º Curso de Inteligência Judiciária Eleitoral	SEDCOR
	72	1º Estágio de Análise de Inteligência Judiciária Eleitoral	SEDCOR
	73	1º Estágio de Contraineligência Judiciária Eleitoral	SEDCOR
	74	Reciclagem Anual de Agentes de Segurança (*)	SEDCOR
	75	Brigadista Voluntário de Incêndio	SEDCOR

(*) Cursos obrigatórios